

TERMO DE RESPONSABILIDADE DO COORDENADOR DO PROJETO DE ARQUITETURA E ESPECIALIDADES

Artigo 10º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março

(a) _____,
morador na _____,
código postal _____ - _____, contribuinte n.º _____,
telefone _____ telemóvel _____ E-mail _____,
inscrito na (b) _____
sob o n.º _____, declara, para efeitos do disposto no n.º 1 do Artigo 10º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março, que o projeto de arquitetura e especialidades, de que é coordenador (1) relativo à obra de (c) _____,
localizada em (d) _____
freguesia _____, cujo/a (e) _____
foi (f) _____ por (g) _____,

observa as normas técnicas gerais e específicas de construção, bem como as normas legais e regulamentares aplicáveis, designadamente (h) _____

_____ e está conforme com os planos municipais ou intermunicipais de ordenamento do território aplicáveis à pretensão.

☐ Mais declara que existe informação prévia em vigor, cujo processo tem o n.º _____ / _____ / _____
e que a operação urbanística respeita os limites constantes na mesma.

Lisboa, _____

Instruções de preenchimento:

Assinatura reconhecida ou comprovada pelo atendedor municipal mediante
cópia do documento de identificação

- (a) Nome e habilitação profissional do coordenador do projeto
- (b) Indicar associação pública de natureza profissional, quando for o caso
- (c) Indicar a natureza da operação urbanística a realizar (definições constantes no art.º 2º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março)
- (d) Localização da obra (rua e número de polícia)
- (e) Indicar se se trata de licenciamento ou comunicação prévia
- (f) Indicar que foi "requerido" no caso de licenciamento ou "apresentada" no caso de comunicação prévia
- (g) Indicação do nome e morada do requerente / comunicante
- (h) Discriminar, designadamente, as normas técnicas gerais e específicas de construção, os instrumentos de gestão territorial, o alvará de loteamento ou a informação prévia, quando aplicáveis, bem como justificar fundamentadamente as razões da não observância de normas técnicas e regulamentares nos casos previstos no n.º 5 do Artigo 10º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação que lhe conferida pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março

Notas:

(1) Atestando a compatibilidade dos projetos de especialidades entre si com o projeto de arquitetura

- Caso não sejam respeitadas todas as normas legais e regularmente aplicáveis, tal poderá ser ressalvado no Termo de Responsabilidade e justificado na Memória Descritiva e Justificativa
- Nos termos dos artigos 98º e 99º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março, as falsas declarações dos autores dos projetos no Termo de Responsabilidade relativamente à observância das normas técnicas gerais e específicas da construção, bem como das disposições legais e regulamentares aplicáveis ao projeto constituem contra-ordenação, podendo determinar sanções acessórias
- Nos termos do n.º 6 do art.º 10º e n.º 3 do artigo 99º, as sanções aplicadas aos autores do projeto são comunicadas à respectiva associação profissional, quando for o caso
- Quando se indica a associação pública de natureza profissional, a mesma deve garantir a qualificação dos técnicos para a responsabilidade assumida (artigo 4º da Lei nº 31/2009, de 3 de julho, na redação da Lei nº 40/2015, de 1 de junho)